

# EMPREGOS ECOLÓGICOS

2023

SOLUÇÕES  
E OPORTUNIDADES  
PARA A EUROPA



OS VERDES/ALE  
no Parlamento Europeu



# ÍNDICE

IMPULSIONAR O EMPREGO E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA	4
O QUE SÃO EMPREGOS ECOLÓGICOS?	6
CRIAR EMPREGOS ECOLÓGICOS	8
EXPLORAR O PLENO POTENCIAL DO EMPREGO	12
SALVAGUARDAR AS VANTAGENS COMPETITIVAS	14
PROMOVER O TRABALHO DIGNO	16
UMA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA SOCIALMENTE JUSTA	19
O DIREITO À FORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO	21
MULHERES NOS EMPREGOS ECOLÓGICOS	24
GRUPOS VULNERÁVEIS NOS EMPREGOS ECOLÓGICOS	26
JOVENS NOS EMPREGOS ECOLÓGICOS	28

# IMPULSIONAR O EMPREGO E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

Embora a pandemia de COVID-19, a atual crise energética e do custo de vida e a guerra de agressão russa contra a Ucrânia tenham posto à prova a resiliência das economias em todo o mundo, o planeamento proativo no mercado de trabalho e o investimento na transição ecológica devem ter em conta que os seres humanos, ao contrário do capital ou dos bens financeiros, não podem simplesmente navegar para ir ao encontro das oportunidades.

Uma política industrial ecológica da UE poderá tornar-se o motor da criação de emprego na Europa nos próximos anos, nos setores atuais e emergentes, incluindo na produção de tecnologias de energia limpa, setor em que o número de postos de trabalho no mundo poderá mais do que duplicar até 2030, passando dos atuais 6 milhões para quase 14 milhões. Entretanto, no âmbito da transição energética, serão criados 25 milhões de novos empregos ecológicos até 2030, dos quais 160 000 postos de trabalho só no setor da construção da UE, na vaga que se prevê de renovação dos edifícios.

Ao mesmo tempo, a crise climática e ambiental está a tornar-se cada vez mais grave. Os cientistas estão mais certos do que nunca de que a atividade humana está a alterar o nosso clima e sublinham os perigos de não tomar medidas para inverter a situação. Entretanto, os economistas alertam-nos para o facto de, quanto mais esperarmos para tomar medidas, mais elevados serão os custos para todos nós.

Mas existe uma solução: se as nossas economias se tornarem mais respeitadoras do ambiente, podemos criar empregos ecológicos de elevada qualidade para combater o desemprego e, ao mesmo tempo, combater as alterações climáticas e a degradação ambiental. A UE só pode vir a beneficiar desses esforços. Continuar a assumir um papel de liderança na transição ecológica permitiria à UE reduzir a nossa dependência da energia importada e dos recursos adquiridos a preços voláteis e reforçar a segurança do aprovisionamento da Europa.

Se conseguirmos assegurar a forte participação dos parceiros sociais, estabelecer programas de formação e educação específicos e aplicar políticas ambiciosas e estáveis destinadas a promover a inovação e o investimento ecológico, milhões de empregos ecológicos sustentáveis e de elevada qualidade poderiam ser criados, muitos dos quais em pequenas e médias empresas locais em toda a Europa.

A presente brochura pretende informar os cidadãos europeus sobre as oportunidades de que a Europa dispõe para criar postos de trabalho ecológicos e os esforços desenvolvidos pelo Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu para impulsionar o emprego ecológico.

1 — Comissão Europeia (2021), A economia da UE após o surto de COVID-19: quais as implicações para a governação económica? (COM(2021) 662) (disponível aqui).

2 — Agência Internacional da Energia (2023), *The world is entering a new age of clean technology manufacturing, and countries industrial strategies will be key to success.*

3 — Comissão Europeia (2020), «Vaga de Renovação: duplicar a taxa de renovação para reduzir as emissões e a pobreza energética e impulsionar a recuperação» (disponível aqui).

4 — COACCH (2021), *The Economic Cost of Climate Change in Europe: climate and socio-economic tipping points* (disponível aqui).

# O QUE SÃO EMPREGOS ECOLÓGICOS?

Entende-se por «emprego ecológico» (ou «emprego verde») qualquer atividade profissional que contribua para a proteção do ambiente e a luta contra as alterações climáticas, mediante a redução do consumo de energia e de matérias-primas, a promoção das energias renováveis, a prevenção ou a redução dos resíduos e da poluição ou a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.

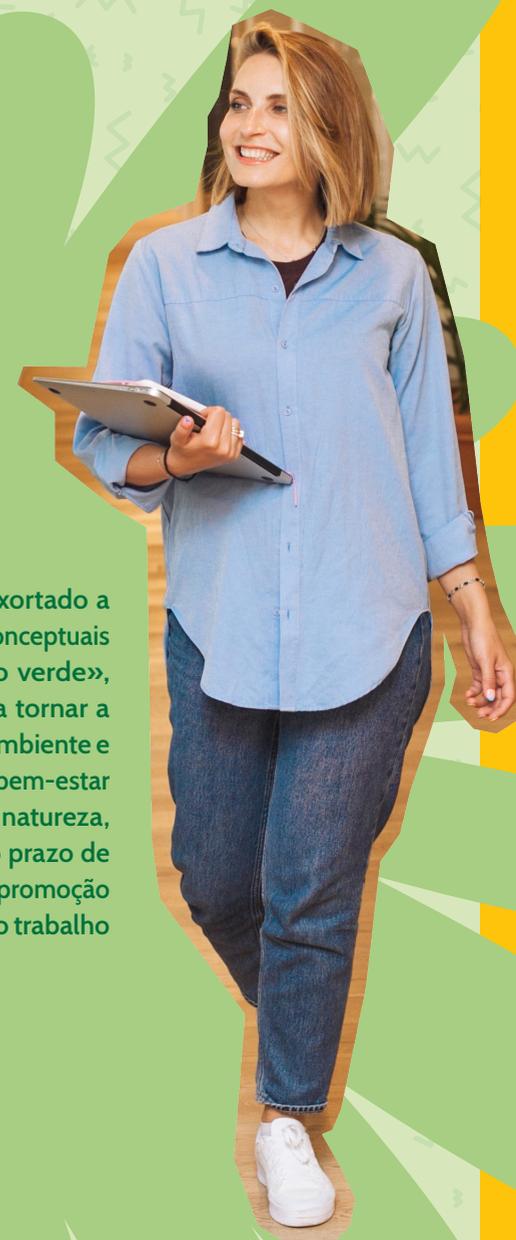
O desenvolvimento de padrões de consumo e de produção sustentáveis gera potencial para criar novos postos de trabalho e transformar os atuais em empregos ecológicos de elevada qualidade em praticamente todos os setores, mas também ao longo de toda a cadeia de valor, desde a investigação até à produção, distribuição e manutenção, bem como em novos setores de alta tecnologia, como as energias renováveis, em setores

tradicionais, como a indústria transformadora e a construção, no setor da agricultura e das pescas e em setores de serviços, como a restauração, o turismo, os transportes e a educação.

Do nosso ponto de vista, os empregos ecológicos proporcionam trabalho digno, o que, por sua vez, garante proteção social adequada, rendimentos suficientes, saúde e segurança no trabalho, condições de trabalho dignas, respeito pelos direitos dos trabalhadores, oportunidades de melhoria de competências e de requalificação e participação das pessoas nas decisões que afetam as suas vidas.



O Grupo dos Verdes/ALE tem exortado a Comissão a elaborar orientações conceptuais relativas à noção de «emprego verde», com base no seu potencial para tornar a economia mais respeitadora do ambiente e no seu contributo para a saúde e o bem-estar das pessoas e a preservação da natureza, bem como nos objetivos a longo prazo de desenvolvimento sustentável e na promoção da justiça social, da igualdade e do trabalho digno.



# CRIAR EMPREGOS ECOLÓGICOS

em empresas novas e tradicionais

A mudança na produção de energia oferece novas oportunidades económicas, uma vez que, embora o encerramento de instalações e explorações mineiras poluentes resulte numa perda de postos de trabalho no setor da lenhite, da turfa e da extração de carvão, abre novas oportunidades para a criação de emprego. Esta transição progressiva, mas irreversível, para uma economia circular tem potencial para aumentar o PIB da UE em mais 0,5 % até 2030, criando cerca de 700 000 novos postos de trabalho<sup>5</sup>.

## EMPREGOS NO SETOR DA ENERGIA

O emprego no setor das energias renováveis a nível mundial era de 6,9 milhões de postos de trabalho em 2012, tendo aumentado para 12,7 milhões em 2021. Destes, 63 % pertenciam a países da Ásia, com a China a representar 38 % do total mundial, enquanto a Europa acolhia 1,5

milhões de postos de trabalho no domínio das energias renováveis, sendo o setor da bioenergia o maior empregador de energias renováveis do continente europeu. Por setor, foram criados 4,3 milhões de postos de trabalho no setor da energia solar fotovoltaica, 1,3 milhões no setor da energia eólica, 2,4 milhões no setor da energia hidroelétrica e 2,4 milhões no setor dos biocombustíveis. Se a Europa adotar políticas climáticas ambiciosas, o potencial do setor será ainda maior.

A transição para as energias renováveis exigirá um maior número de trabalhadores não só para o desenvolvimento e a construção das infraestruturas de energias renováveis como também para a sua manutenção, o que deverá ter um impacto positivo no emprego. Espera-se que, através da implantação de tecnologias de energia limpa, possam ser criados entre 100 000 e 300 000 postos de trabalho até 2030, devendo esse número chegar aos 460 000 em 2050<sup>6</sup>.

**Conquistas dos Verdes** - O Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu está a enviar todos os esforços no sentido de serem criados mais empregos ecológicos na Europa. Por exemplo, em 2023<sup>7</sup>, uma iniciativa de dois deputados do grupo dos Verdes (Anna Cavazzini e Bas Eickhout) levou o Parlamento Europeu a adotar uma resolução firme em que exortava a Comissão a impulsionar a melhoria das competências e a requalificação dos trabalhadores europeus, a fim de acelerar a emergência de futuras indústrias limpas e facilitar a transição dos trabalhadores das indústrias em declínio e progressivamente abandonadas para estas novas indústrias, tendo em devida conta as disparidades geográficas em toda a União.

<sup>5</sup> — Cambridge Econometrics, Trinomics, and ICF (2018), Impacts of circular economy policies on the labour market.

<sup>6</sup> — IRENA e OIT (2022), Renewable energy and jobs: Annual review 2022, Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), Abu Dhabi e Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra.

<sup>7</sup> — Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2023, sobre uma estratégia da UE para impulsionar a competitividade industrial, o comércio e o emprego de qualidade [2023/2513(RSP)].

## EMPREGOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO

Além disso, o investimento na eficiência energética criará oportunidades de emprego adicionais: estima-se que, por cada milhão investido em medidas de eficiência, sejam criados entre 9 e 20 postos de trabalho no setor da indústria transformadora e da construção<sup>8</sup>. A expansão das renovações até ao nível necessário para obter uma redução de 80 % dos resíduos energéticos pode criar mais 1,3 a 1,4 milhões de postos de trabalho diretos locais<sup>9</sup>. Através da iniciativa Vaga de Renovação, os Estados-Membros poderão criar mais 160 000 empregos ecológicos no setor da construção da UE até 2030. É importante assegurar que estes empregos são dignos e oferecem boas condições de trabalho e salários justos que garantam um nível de vida decente.

Assim, o apoio a projetos de renovação profunda é fundamental, uma vez que a reabilitação de edifícios cria postos de trabalho a nível local e ajuda a reduzir as emissões de carbono, tornando os edifícios mais eficientes do ponto de vista energético. Além disso, as renovações profundas integram as fontes de energia renováveis nos edifícios e, por conseguinte, proporcionam experiência e competências aos trabalhadores do setor da construção no domínio das energias renováveis. Isto promove a transição da mão de obra para uma economia baseada nas energias renováveis.

Ao mesmo tempo, a reutilização de materiais, quando realizada por agentes de inclusão social, cria várias oportunidades de transição para uma economia circular inclusiva.

As organizações da economia social desempenham um papel essencial na definição e expansão das atividades e práticas da economia circular. Através da sua participação em cadeias de valor circulares e da promoção da prevenção de resíduos com recurso a atividades de reutilização e reparação, estas organizações têm como objetivo reforçar a

inclusão social, proporcionando oportunidades de emprego e formação aos grupos vulneráveis. Consequentemente, contribuem para modelos de negócio circulares, em conformidade com a Hierarquia dos Resíduos da UE<sup>10</sup> e os princípios de proximidade e colaboração, em vez de gerarem lucros para os acionistas e os proprietários<sup>11</sup>.

Segundo a Fédération des Entreprises d'Insertion, cada euro investido pelo estado para a integração das pessoas no mercado de trabalho pode proporcionar um rendimento esperado de 4,5 EUR<sup>12</sup>. Embora a RREUSE calcule que as empresas sociais ativas no setor da reutilização criem cerca de 70 postos de trabalho por 1 000 toneladas recolhidas com vista à sua reutilização<sup>13</sup>, este número varia entre 20 e 140 postos de trabalho, em função do tipo de materiais tratados (têxteis, eletrodomésticos, mobiliário, etc.).

O futuro do setor da construção depende da utilização eficiente dos recursos. A transição para uma economia circular do setor poderia reduzir em 50% o volume de emissões associadas aos materiais de construção. A investigação provou que a reutilização das secções de aço estrutural nos edifícios diminui o impacto ambiental em 96% comparada com a reciclagem.<sup>14</sup>

## EMPREGOS NA ECONOMIA CIRCULAR

A economia circular proporciona uma oportunidade única para revigorar as indústrias transformadoras, tanto através da relocalização da produção como através de estratégias como a remanufatura, a renovação, a reparação, etc. De acordo com o CEDEFOP, a economia circular pode contribuir para a criação, só na UE, de cerca de 2,5 milhões de postos de trabalho adicionais até 2030. Além disso, para o mesmo volume de resíduos, as atividades circulares, como a reciclagem, geram um número de postos de trabalho mais de 50 vezes superior ao gerado pelos aterros e pela incineração, enquanto a reparação cria mais de 200.



*Em resumo, as organizações da economia social demonstraram os seus impactos ambientais positivos no planeta, bem como a sua capacidade para apoiar a luta contra as desigualdades sociais e económicas, criando empregos dignos e oportunidades de formação na economia circular. Especialmente no atual contexto de «crise permanente», que afeta em particular os mais vulneráveis, é essencial que o poder público proporcione quadros legislativos mais eficazes para reforçar os seus objetivos sociais e ambientais.*

<sup>8</sup> — IRENA e OIT (2022), Renewable energy and jobs: Annual review 2022, Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), Abu Dhabi e Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra.

<sup>9</sup> — IRENA e OIT (2022), Renewable energy and jobs: Annual review 2022, Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), Abu Dhabi e Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra.

<sup>10</sup> — Comissão Europeia (2018), Diretiva-Quadro Resíduos da UE: Artigo 4.º, Hierarquia dos resíduos.

<sup>11</sup> — Comissão Europeia (2021), Social Economy in the EU (disponível aqui).

<sup>12</sup> — La Fédération des Entreprises d'Insertion (2018), Efficacité économique et efficacité sociale... en même temps (disponível aqui).

<sup>13</sup> — RREUSE (2021), Briefing job creation in the re-use sector: data insights from social enterprises (disponível aqui).

<sup>14</sup> — Ibidem.

<sup>15</sup> — Build Up Portal (2022) Circularity and Low-Carbon Building Materials in Construction (disponível aqui).

<sup>16</sup> — Rakhshan, K., Morel, J. C., Alaka, H., & Charef, R. (2020). Components reuse in the building sector—A systematic review. Waste Management & Research, 38(4), 347-370. (disponível aqui).

<sup>17</sup> — Cedefop (2021). The green employment and skills transformation: insights from a European Green Deal skills forecast scenario (disponível aqui).

<sup>18</sup> — Cambridge Econometrics, Trinomics, and ICF (2018), Impacts of circular economy policies on the labour market.

# EXPLORAR O PLENO POTENCIAL DO EMPREGO



Segundo a Comissão Europeia, mais de 250 000 entidades públicas da UE gastam anualmente cerca de dois biliões de EUR por ano na aquisição de serviços, obras e fornecimentos. A fim de assegurar que este montante exorbitante de despesas públicas é coerente com os objetivos ambientais e sociais da UE, as entidades públicas devem aplicar o princípio «compra local, compra ecológica, compra social» nas suas decisões de contratação pública.

O pleno potencial do emprego ecológico só pode ser explorado se as condições jurídicas e financeiras a longo prazo garantirem o investimento sustentável e incentivarem a inovação. Por exemplo, as regras europeias devem assegurar que os Estados-Membros dispõem de margem orçamental suficiente para investimentos ecológicos e sociais.



Em 2021, o Parlamento Europeu adotou o acordo sobre o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) por grande maioria.. Este fundo é um elemento essencial do Pacto Ecológico e visa abrir caminho à economia verde e sustentável e prestar apoio às energias renováveis, às empresas em fase de arranque, à transferência de conhecimentos, à requalificação profissional, às infraestruturas sociais e aos projetos culturais.

O Grupo dos Verdes/ALE conseguiu assegurar que as verbas do fundo não serão utilizadas para apoiar as infraestruturas de gás e os combustíveis fósseis. Garantir que não será investido um único euro nas infraestruturas de gás e nos combustíveis fósseis é fundamental para o êxito da transição ecológica. O petróleo, o gás e o carvão não têm lugar no processo de mudança. Qualquer investimento público em combustíveis fósseis é um desperdício do dinheiro dos contribuintes. O futuro pertence às energias renováveis.

Infelizmente, o fundo disporá de apenas 17,5 mil milhões de EUR, muito abaixo das exigências do Grupo dos Verdes/ALE e da Comissão Europeia, que foram cortadas em mais de metade pelos governos da UE.



Além disso, os Verdes estão a exercer pressão para uma rápida transferência do avultado montante das subvenções concedidas a grandes poluidores para os grupos mais vulneráveis e para as indústrias mais necessitadas.

Num relatório sobre a aplicação da Diretiva 2000/78/CE do Conselho, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional à luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD), Katrin Langensiepen, eurodeputada dos Verdes, manifestou mesmo a sua profunda preocupação pelo facto de a maioria dos programas gerais, incluindo os abrangidos pelos fundos estruturais, não conseguirem chegar aos grupos mais desfavorecidos, incluindo as pessoas com deficiência. O Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu instou o Tribunal de Contas Europeu a verificar, de forma exaustiva, o

desempenho dos programas da UE, com especial destaque para os programas no domínio da educação e do emprego, por exemplo o Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Erasmus+.

*Também exercemos uma pressão ativa para que o financiamento da UE, incluindo os auxílios estatais, seja subordinado a objetivos de política pública, em especial requisitos sociais, a fim de proporcionar empregos de elevada qualidade, promover a negociação coletiva, respeitar os direitos e as normas laborais da UE e assegurar melhores condições de trabalho.*

◆ .....  
19 — Regulamento (UE) 2021/1056 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que cria o Fundo para uma Transição Justa.

# SALVAGUARDAR AS VANTAGENS COMPETITIVAS



A União Europeia tem agora de investir numa economia sustentável para manter a sua posição de liderança no desenvolvimento e na produção de bens ecológicos. Desde há muito que a Europa é líder mundial em matéria de proteção e sustentabilidade do ambiente e tem dominado a concorrência mundial no domínio das energias renováveis. Mas atualmente outras economias estão a recuperar o seu atraso.

**A Europa só pode manter a sua liderança mundial se investir agora** – e em grande escala – numa economia sustentável, adotar legislação ambiental ambiciosa e privilegiar a proteção do clima e do ambiente no seu orçamento. Só então será criada na Europa uma grande parte dos empregos ecológicos previstos a nível mundial.

**O Pacto Ecológico pode desempenhar um papel pioneiro na garantia da competitividade europeia e da transição industrial ecológica. As empresas e a indústria da UE são há muito exigentes em termos de planeamento de políticas que as coloquem na vanguarda da corrida mundial às tecnologias ecológicas.**

*A transição ecológica da indústria europeia deve ser financiada. A flexibilização dos auxílios estatais deve ser temporária e orientada para a produção de tecnologias ecológicas, como turbinas eólicas, bombas de calor, painéis solares e baterias. Deve ficar claro que o dinheiro dos contribuintes não pode destinar-se ao pagamento de bónus e dividendos. A União Europeia necessita de novas verbas provenientes de um novo fundo soberano para investir especificamente em futuros setores da UE enquanto localização industrial e para se tornar independente dos autocratas e dos combustíveis fósseis.*

*Do mesmo modo, a Hierarquia de Resíduos da UE deve constituir um ponto de referência para a construção de economias mais circulares<sup>20</sup>.*

<sup>20</sup> — Comissão Europeia (2018), Diretiva-Quadro Resíduos da UE: Artigo 4.º, Hierarquia dos resíduos.

<sup>21</sup> — Resolução sobre o Plano Industrial para o Pacto Ecológico.

Neste contexto, o Grupo dos Verdes/ALE promoveu com êxito a criação de um novo fundo soberano com novas verbas para investimentos avultados no desenvolvimento das energias renováveis e do hidrogénio verde, impulsionando por exemplo a produção europeia de turbinas eólicas, bombas de calor, painéis solares e baterias, bem como a inclusão de critérios de sustentabilidade na diretiva relativa aos contratos públicos<sup>21</sup>.

# PROMOVER O TRABALHO DIGNO



Há muito que as empresas europeias tentam competir a nível mundial, reduzindo por exemplo os custos da mão de obra, os salários e as contribuições para a segurança social. No entanto, **os custos dos materiais e da energia consumidos no processo de produção são, muitas vezes, superiores aos custos da mão de obra.**

Por conseguinte, a obtenção de poupanças no consumo de energia e de materiais, que constitui um objetivo fundamental da transformação ecológica das empresas, gerará vantagens competitivas no futuro. A economia de energia e uma utilização mais eficiente dos recursos contribuem para reduzir os custos de produção e para evitar o encerramento de fábricas, garantindo ao mesmo tempo aos trabalhadores uma remuneração justa.

Muitos sindicatos e comissões de trabalhadores reconheceram este facto e estão empenhados em promover modos de produção eficientes em termos de recursos e energia, como forma de aliviar a pressão sobre os custos laborais.

*O Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu reúne-se regularmente com sindicatos e representantes dos trabalhadores para debater a forma de assegurar um trabalho digno nos setores ecológicos e uma transformação socialmente justa, na qual os*



*trabalhadores assumam um papel de parceria plena e não sejam injustamente prejudicados pelas mudanças. Além disso, os Verdes estão a envidar todos os esforços para que os sistemas de segurança social na Europa sejam reforçados, em especial durante a transição ecológica e a fim de apoiar os trabalhadores que mudem de emprego.*

A transição ecológica deve constituir uma oportunidade para os trabalhadores acederem a mais e melhores empregos, que proporcionem estabilidade laboral, remuneração justa e condições de trabalho dignas, envolvendo os trabalhadores e os sindicatos em todas as fases do processo. **Na transição para uma economia com impacto neutro no clima, a mera ênfase nas competências e no número de postos de trabalho criados não conduzirá a condições justas se a pobreza e as desigualdades no trabalho, a insegurança económica e o trabalho precário continuarem a aumentar.** As alterações necessárias devem permitir uma convergência ascendente e não comprometer o emprego de qualidade.

Para Nós, Verdes europeus, é fundamental que os empregos ecológicos promovam o trabalho digno com uma proteção social adequada, rendimentos suficientes, condições de trabalho saudáveis, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e a participação das pessoas nas decisões que afetam as suas vidas. A transição deve beneficiar tanto os trabalhadores efetivos como os trabalhadores despedidos que transitam para novos empregos ou sofrem alterações significativas nas suas funções profissionais, assegurando condições de trabalho adequadas para todos. A transição ecológica do mercado de trabalho deve ser acompanhada por melhores condições de trabalho, incluindo salários dignos, que promovam uma boa saúde física e mental, nomeadamente através da proteção da saúde e da segurança no trabalho.

Em setembro de 2022, o Parlamento Europeu votou a favor da Diretiva relativa aos salários mínimos na UE. O Grupo dos Verdes/ALE conseguiu fazer aprovar a Diretiva da UE relativa aos salários mínimos. Graças à nossa luta por um salário digno (#decentpaywithoutdelay), dois terços dos Estados-Membros deverão aumentar gradualmente os seus salários mínimos, o que melhorará o nível de vida de milhões de pessoas, independentemente do local onde vivem. A Diretiva relativa aos salários mínimos é uma vitória importante para uma União Europeia mais social. Graças a esta diretiva, 25 milhões de trabalhadores verão os seus salários aumentar 20 %. Esta legislação constitui também um passo em frente para a igualdade entre homens e mulheres. As disparidades salariais entre homens e mulheres devem diminuir em, pelo menos, 5 %, uma vez que as mulheres estão sobrerrepresentadas nos setores com remunerações mais baixas. Para proteger todos os trabalhadores, lutámos com êxito para incluir os trabalhadores das plataformas. O Grupo dos Verdes/ALE insta a Comissão Europeia a demonstrar ambição e a propor uma diretiva relativa a um rendimento mínimo na UE o mais rapidamente possível.

Kira Marie Peter-Hansen, eurodeputada do Grupo dos Verdes/ALE e relatora do Parlamento Europeu para a Diretiva Transparência Salarial, conseguiu chegar a acordo com o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre uma nova diretiva da UE relativa à transparência salarial. A legislação conferirá mais direitos aos trabalhadores para obterem informações sobre as condições salariais e a repartição dos salários por género. Tal significa que milhões de trabalhadores europeus estarão mais bem preparados e disporão de argumentos mais sólidos aquando das negociações salariais, a fim de garantir um rendimento mais justo. A Diretiva Transparência Salarial será promulgada em 10 de maio de 2023. As regras entrarão em vigor pouco tempo depois. Trata-se de uma grande vitória para milhões de trabalhadores na Europa e um passo importante para eliminar as barreiras invisíveis!

Por último, o Grupo dos Verdes/ALE também conseguiu fazer aprovar uma resolução que apela a uma legislação da UE que conceda aos trabalhadores o direito de se desligarem digitalmente do trabalho durante as horas não laborais sem quaisquer consequências.

# UMA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA SOCIALMENTE JUSTA

Garantir condições de trabalho dignas em novos setores, como as energias renováveis, pode revelar-se difícil. Além disso, as alterações ambientais exigem flexibilidade. Os trabalhadores têm de estar seguros de que os seus direitos são salvaguardados por uma representação efetiva da força de trabalho e de que a segurança social lhes é garantida através do sistema do respetivo Estado-Membro.

A transição proporciona enormes benefícios e é necessário garantir que aqueles que foram deixados para trás pelo atual sistema socioeconómico serão os primeiros a tirar partido do potencial da transição para erradicar a pobreza energética, a mobilidade e a pobreza alimentar, revitalizar a agricultura e as pescas, regenerar territórios e

comunidades afetados por atividades com utilização intensiva de carbono, reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das zonas urbanas e rurais e de várias regiões, em especial as regiões menos favorecidas, melhorar a saúde e o lazer e proporcionar empregos seguros, significativos e de qualidade, nomeadamente para os jovens e para aqueles que se encontram afetados por uma ausência de prospetiva estratégica das indústrias dependentes de combustíveis fósseis. Para o efeito, é igualmente necessário apoiar os intervenientes que trabalham em estreita colaboração com os grupos desfavorecidos, como os agentes da economia social, através de legislação adequada e da expansão de oportunidades de apoio a missões prioritárias de interesse geral e

coletivo. A transição ecológica exigirá também esforços substanciais de toda a sociedade, mas temos de garantir que são os mais ricos e os maiores poluidores quem financiará a maior parte dos custos inerentes ao processo de transição e que os mais vulneráveis serão protegidos.

*Os eurodeputados do Grupo dos Verdes/ALE acreditam firmemente que a transição para a sustentabilidade ecológica deve ser acompanhada de justiça social, uma vez que as duas vertentes não só são fundamentais para a prosperidade humana como também se complementam e se reforçam mutuamente. Para o efeito, pretendemos alargar o Pacto Ecológico Europeu. Além dos compromissos e objetivos ambientais, instamos a que o Pacto abranja igualmente compromissos sociais para que a transição ecológica na Europa seja feita com as pessoas e não contra as pessoas.*

A relatora do Grupo dos Verdes/ALE, Sara Matthieu, apresentou uma resolução sobre o rendimento mínimo adequado, na qual o Parlamento Europeu apelou, pela primeira vez, à adoção de uma diretiva que estabeleça um aumento do rendimento mínimo, para que seja, pelo menos, superior ao limiar de pobreza nacional. Trata-se de um instrumento importante para erradicar a pobreza. As recomendações propriamente ditas não resultaram na erradicação da pobreza. Só um instrumento vinculativo pode garantir uma vida digna para todos.

A relatora também pugnou pela criação de um fundo social forte em matéria de clima, que preste apoio direto às pessoas em situação de pobreza energética e de mobilidade. Um passo importante na boa direção, mas não mais do que uma gota no oceano. Os Verdes prosseguirão esta luta, defendendo um fundo mais forte para um pacto ecológico social muito mais ambicioso.

Em alternativa, **propomos um verdadeiro Pacto Ecológico e Social da UE com um novo e equitativo contrato social cuja principal prioridade seja a consecução do principal objetivo da UE de «[...] promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus povos»<sup>22</sup>**. O nosso objetivo político é traduzir este novo contrato social num compromisso vinculativo das instituições da UE e dos Estados-Membros de garantir que todas as políticas respeitam os limites do planeta e uma convergência ascendente no sentido de assegurar um nível mínimo de bem-estar para as pessoas em toda a União.

A União Social deve assumir compromissos em matéria de, nomeadamente, criação de empregos ecológicos, regimes de rendimento mínimo adequados, mecanismos de solidariedade social a nível da UE, equilíbrio adequado entre a vida profissional e a vida familiar e apoio à economia da prestação de cuidados<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> — Artigo 2.º do Tratado de Lisboa e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

<sup>23</sup> — Consultar as nossas exigências na íntegra aqui: <https://www.greens-efa.eu/en/article/document/greens-efa-demands-for-a-social-union>

# O DIREITO À FORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO



A transição energética tem potencial para criar um grande número de postos de trabalho de elevada qualidade e exigirá um aumento significativo do número de pessoas formadas em várias indústrias, incluindo as energias renováveis e o armazenamento de energia. De acordo com o Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas da Comissão, só o setor industrial necessitará de 180 000 profissionais, técnicos e engenheiros qualificados até 2030. No setor da produção de energia solar fotovoltaica, serão necessários até 66 000 postos de trabalho<sup>24</sup>.

A transição ecológica, incluindo a transição dos combustíveis fósseis para as energias renováveis, exige a requalificação, a formação e a melhoria das competências dos trabalhadores. Os Verdes no Parlamento Europeu apelam a uma ampla iniciativa de educação e formação para empregos ecológicos em todos os níveis de competências. **A transição ecológica deve oferecer oportunidades a todos: jovens e idosos, homens e mulheres, mais ou menos qualificados, desempregados e empregados.** Todos os trabalhadores têm direito à formação e à aprendizagem ao longo da vida.

Numa resolução sobre uma Agenda de Competências para a Europa em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência, o Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu salientou a necessidade de proporcionar *“competências genéricas, setoriais e específicas sempre que necessárias a uma profissão e minimizar os pontos de estrangulamento e desequilíbrios em matéria de competências”*<sup>25</sup>. Conseguimos assegurar que as medidas de emprego e formação financiadas com fundos da UE tenham em conta a transição para uma economia verde. A resolução reconhece a importância da transição ecológica para impulsionar a procura de mão de obra em todos os setores e recorda que uma transição bem-sucedida para uma economia

A fim de alcançar a meta social da UE fixada para 2030 de 60 % de adultos a participarem anualmente em ações de aprendizagem ao longo da vida, é essencial promover uma abordagem de formação inclusiva, baseada no trabalho e orientada, nomeadamente, para aqueles que não têm acesso a oportunidades de educação formal.

Os programas de ensino e formação profissional devem garantir que um trabalhador que tenha exercido uma atividade profissional durante 30 anos, por exemplo, na extração de carvão, possa adquirir as competências necessárias para exercer um emprego ecológico. Tal é absolutamente essencial para explorar plenamente o potencial de emprego da transição ecológica. Os empregadores, os trabalhadores e os governos são conjuntamente responsáveis pela elaboração de estratégias coerentes de educação e formação. Um primeiro passo implicará a identificação das necessidades, bem como das lacunas, em matéria de competências novas e futuras dos trabalhadores. Além disso, deve ser incentivada a procura de competências adequadas para satisfazer as necessidades em todos os setores da economia ecológica e circular, como por exemplo competências no setor da reparação.

verde tem de ser acompanhada por medidas de aquisição de competências, de melhoria de competências e de requalificação, a fim de desenvolver as competências, os conhecimentos e as qualificações de que uma economia verde necessita.

Estamos também a envidar todos os esforços para promover o direito fundamental dos trabalhadores à formação e para expandir a democratização no local de trabalho. Este direito implica a obrigação de os empregadores definirem as necessidades previstas em matéria de competências e de as entidades públicas conceberem e promoverem proactivamente programas de formação. Não se pode esperar que os trabalhadores atuais ou futuros antecipem as competências que devem adquirir para os setores ecológicos em expansão. Também não se pode esperar que saibam quais as ações de formação disponíveis sem uma abordagem proativa por parte dos empregadores e das entidades públicas. No fim de contas, a inovação e a criatividade ocorrem não só nas instalações de investigação, mas também a nível de fábrica, quando os trabalhadores propõem novas ideias.

Por último, no seu relatório sobre a criação de empregos ecológicos<sup>26</sup>, a eurodeputada do Grupo dos Verdes/ALE, Sara Matthieu, sublinha que todos os trabalhadores devem ter um direito individual à educação, à formação profissional e à aprendizagem ao longo da vida, que deve refletir-se em todas as políticas ambientais nacionais e da UE, bem como nas estratégias de atenuação e adaptação das empresas. As entidades públicas e privadas devem colaborar estreitamente com os parceiros sociais, a sociedade civil, os prestadores de educação e formação, os organismos do mercado de trabalho, os formandos e os representantes de organizações ou organismos ativos no domínio das competências, da educação, da formação e da aprendizagem ao longo da vida. A relatora dos Verdes salienta ainda que os trabalhadores devem ser envolvidos na definição dos perfis de competências que serão necessários para planear a transição da mão de obra e na definição dos sistemas de ensino e formação para que estes possam proporcionar as competências necessárias.

<sup>24</sup> — Comissão Europeia, Direção-Geral da Investigação e da Inovação, Centro Comum de Investigação, The strategic energy technology (SET) plan, Serviço das Publicações, 2019, <https://data.europa.eu/doi/10.2777/04888>

<sup>25</sup> — Resolução do Parlamento Europeu, de 11 de fevereiro de 2021, sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre uma Agenda de Competências para a Europa em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência (2020/2818(RSP))

<sup>26</sup> — Projeto de relatório sobre a criação de empregos ecológicos (2023), (disponível aqui).

# MULHERES NOS EMPREGOS ECOLÓGICOS ✨



*A igualdade de género deve tornar-se parte integrante das estratégias para uma economia verde, uma vez que uma transição justa centrada apenas nos setores mais poluentes e em regiões específicas beneficiará principalmente os trabalhadores masculinos e reforçará a segregação e as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Uma economia verde sem a inclusão da igualdade de género poderá ser incompatível com a agenda do trabalho digno da OIT.*

Atualmente, apenas 35 % dos trabalhadores do setor das fontes de energia renovável (FER) são mulheres e, embora estas representem 46 % dos cargos administrativos, ocupam apenas 28 % dos cargos técnicos e 32 % dos quadros superiores. Apesar destes números, este setor tem um desempenho muito melhor do que o setor da energia fóssil, no qual as mulheres ocupam menos de 12 % dos cargos de liderança, mas a situação pode melhorar. O potencial de criação de empregos ecológicos é particularmente elevado em determinados setores, como a construção, a produção de instalações de energia solar e eólica

e a investigação no domínio das tecnologias de poupança de energia e de recursos. Estes setores são tradicionalmente dominados pelos homens nos Estados-Membros da UE e os preconceitos dos empregadores e dos colegas estão, muitas vezes, tão profundamente enraizados que muitas mulheres ainda enfrentam a ameaça de discriminação. Ao mesmo tempo, hoje em dia, as mulheres jovens persistem em raramente escolher profissões que envolvam a matemática, as ciências informáticas, as ciências naturais e a tecnologia.

**O Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu defende firmemente a participação das mulheres na economia verde. Estudos recentes realizados para o nosso grupo mostram, surpreendentemente, que a grande maioria dos fundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (75 % a curto prazo e 60 % a médio prazo) serão investidos na criação de oportunidades de trabalho para os trabalhadores masculinos, demonstrando assim que, sem regras obrigatórias em matéria de equilíbrio de género nesses setores, mesmo fundos bem intencionados acabarão por agravar os preconceitos existentes<sup>27</sup>.**

**No seu relatório sobre a criação de empregos ecológicos<sup>28</sup>, a eurodeputada do Grupo dos Verdes/ALE Sara Matthieu exorta a Comissão a tomar todas as medidas para velar por que as desigualdades de género existentes não se verifiquem também na economia verde emergente e que as oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho em evolução sejam identificadas e aproveitadas.**

<sup>27</sup> — Gender Impact Evaluation of the Recovery and Resilience Plan for Italy, Dr. Giovanna Badalassi — outros estudos revelaram resultados semelhantes para a Alemanha e Espanha (respetivamente um pouco melhor e um pouco pior).

<sup>28</sup> — Projeto de relatório sobre a criação de empregos ecológicos (2023), (disponível aqui).

# GRUPOS VULNERÁVEIS NOS EMPREGOS ECOLÓGICOS

Todos os grupos vulneráveis devem poder contribuir ativamente para a transição ecológica. Os agentes da economia social, como as empresas sociais, incluindo as empresas sociais de integração profissional, mostram que os empregos ecológicos podem ser acompanhados de oportunidades de inclusão social para todas as pessoas necessitadas, incluindo as pessoas com deficiência.



As pessoas com deficiência têm o direito de participar plenamente no mercado de trabalho e na sociedade, mas os seus direitos fundamentais são-lhes frequentemente negados na UE. As pessoas com deficiência são um grupo diversificado, muitas vezes objeto de discriminação intersectorial.

Apenas 50,6 % das pessoas com deficiência estão empregadas (48,3 % das mulheres e 53,3 % dos homens), em comparação com 74,8 % das pessoas sem deficiência<sup>29</sup>. A taxa de desemprego das pessoas com deficiência (17,1 %) é quase duas vezes superior à da população em geral (10,2 %) <sup>30</sup> e as pessoas com deficiência permanecem durante mais tempo desempregadas do que as pessoas sem deficiência, independentemente das suas qualificações. A taxa de desemprego é mais elevada entre os jovens com deficiência

(com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos), sendo 24,9 %, em comparação com 16,6 % da população em geral<sup>31</sup>. As mulheres com deficiência, que representam 16 % da população total de mulheres e 60 % da população total de pessoas com deficiência na UE, continuam a ser vítimas de discriminação múltipla e intersectorial em todas as áreas da vida.

Esta diferença está indissociavelmente ligada às oportunidades de educação. Estas pessoas são, na sua esmagadora maioria, excluídas do mercado de trabalho aberto, sendo-lhes negado o direito a trabalhar em condições de igualdade em relação aos demais, ou enfrentam grandes dificuldades para alcançar a igualdade de acesso ao mercado de trabalho e a participação no mesmo em condições equitativas.

No seu relatório, a eurodeputada Katrin Langensiepen apelou ao reforço da legislação da UE para obrigar os Estados-Membros a cumprirem os seus compromissos. A diretiva horizontal contra a discriminação, bloqueada no Conselho há mais de uma década, tem de ser adotada e deve ser lançada uma nova Estratégia Europeia para a Deficiência pós-2020. Salientou ainda a necessidade de a Comissão e os Estados-Membros adotarem uma abordagem preventiva e inclusiva em matéria de segurança e saúde no trabalho ao apoiarem o recrutamento e o regresso ao trabalho de pessoas com deficiência.

*Em suma, uma transição justa deve promover a igualdade de género e capacitar as pessoas com deficiência e as pessoas mais fragilizadas e desfavorecidas, bem como os grupos marginalizados, a fim de evitar que as atuais desigualdades sejam reforçadas. Assim, o envolvimento ativo e a participação das mulheres e de outros grupos marginalizados ao longo de todo o processo de transição, bem como a promoção de mercados de*

*trabalho inclusivos e a melhoria das condições de trabalho, têm de ser parte integrante desta transição.*

◆.....

<sup>29</sup> — Estatísticas da UE sobre o rendimento e as condições de vida (EU-SILC), 2017.

<sup>30</sup> — *Idem.*

<sup>31</sup> — ANED 2019

# JOVENS NOS EMPREGOS ECOLÓGICOS



Os jovens têm dificuldade em aceder ao mercado de trabalho após a licenciatura. Demasiados jovens estão ocupados durante o dia em trabalhos não remunerados, mas aceitam empregos noturnos remunerados para poderem subsistir. Outros estão presos num ciclo vicioso de estágios não remunerados consecutivos, uma vez que consideram impossível encontrar trabalho de qualidade e remunerado.

Os jovens constituem a base de uma prosperidade económica e social sustentável para a Europa e são uma prioridade fundamental para a UE, conforme afirmado pelo reforço da Estratégia Europeia para a Juventude e da Garantia para a Juventude, pelo que justificam a adoção de medidas prioritárias para o seu apoio, proteção, orientação e inclusão e merecem beneficiar plenamente das novas oportunidades de emprego criadas pela transição ecológica.

32 — Resolução do Parlamento Europeu, de 17 de fevereiro de 2022, sobre capacitar os jovens europeus: emprego e relançamento social após a pandemia (2021/2952(RSP))



O Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu tem vindo a insistir na proibição dos estágios não remunerados e exige que os estagiários sejam adequadamente remunerados pelo seu trabalho e tenham acesso a programas de aprendizagem e estágios inclusivos e de qualidade.

Em 2023, o Parlamento Europeu aprovou, por larga maioria, a resolução sobre capacitar os jovens europeus no contexto do Ano Europeu da Juventude e da nossa sociedade pós-COVID, na qual insta a Comissão a *propor um quadro jurídico comum para assegurar uma remuneração justa dos estágios e aprendizagens, a fim de evitar práticas de exploração*<sup>32</sup>.

Infelizmente, o Grupo dos Verdes/ALE propôs uma alteração para pressionar a proibição, a nível da UE, dos estágios não remunerados, que não foi aprovada devido aos votos contra do PPE e do Grupo Renew.

O Grupo dos Verdes/ALE continuará a trabalhar no sentido de integrar a voz dos jovens, de um ponto de vista intersetorial, em todos os debates, uma vez que, em todos os movimentos sociais, os jovens demonstram reiteradamente que querem ser ouvidos.

## COLOFÃO

A presente publicação foi elaborada pelo Grupo dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu. A primeira parte baseia-se em trabalhos anteriores da eurodeputada dos Verdes, Elisabeth Schroedter, nomeadamente a brochura «Green Jobs. The opportunity for the European labour market», publicada em 2011, e no relatório do Parlamento Europeu sobre a criação de empregos ecológicos, apresentado em junho de 2023 pela eurodeputada e relatora, Sara Matthieu.

A presente publicação foi possível graças aos contributos dos nossos parceiros e colegas dos partidos Verdes nacionais e de representantes e organizações da sociedade civil, que são mencionados na presente brochura, bem como aos contributos dos gabinetes dos deputados ao Parlamento Europeu envolvidos na campanha para a economia circular do Grupo dos Verdes/ALE e dos conselheiros políticos e membros do pessoal do Grupo dos Verdes/ALE.

### Coordenação do projeto:

Narmine Abou Bakari - Coordenadora da campanha «Circular Tech Economy».

Mais informações sobre a campanha «Circular Tech Economy» (uma economia circular baseada na alta tecnologia) do Grupo dos Verdes/ALE:

<https://www.greens-efa.eu/en/campaigns/green-our-tech>

### Design:

Okay When Agency

As cópias em papel podem ser encomendadas a:

Gabinete dos Verdes/ALE no Parlamento Europeu  
PHS O2C039  
Rue Wiertz 60 - 1047 Bruxelas– Bélgica

Endereço eletrónico:

[narmine.aboubakari@europarl.europa.eu](mailto:narmine.aboubakari@europarl.europa.eu)

### Imagens:

Página 4-5: Sol / Unsplash

Página 7: Daria Pimkina / Unsplash

Página 11: okeykat / Unsplash

Página 12: Nate Johnston / Unsplash

Página 16: Tim Mossholder / Unsplash

Página 26: Marcus Aurelius / Pexels

Página 28: Ivan Samkov / Pexels

### Julho de 2023

A presente publicação foi impressa em papel 100 % reciclado, utilizando tintas de origem vegetal.

**The Greens/EFA  
in the European Parliament**

60 Rue Wiertz  
1047 Brussels  
[www.greens-efa.eu](http://www.greens-efa.eu)

-----  
A presente publicação e as referências  
completas estão disponíveis em linha em:

[greens-efa.eu/green-jobs](http://greens-efa.eu/green-jobs)

